

NOTAS E INFORMAÇÕES

Vem aí outro penduricalho adquirido



Senadores querem constitucionalizar mais um privilégio para juízes e procuradores

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e seu antecessor, Davi Alcolumbre, manobram para constitucionalizar mais um privilégio para juízes e procuradores: um adicional automático de

5% ao salário a cada cinco anos. A PEC do Quinquênio é uma iniciativa ultrajante do Congresso cultivada por decisões ultrajantes do Judiciário.

Os proponentes alegam que não faz sentido um servidor no final de carreira receber quase o mesmo que um iniciante, que é preciso atrair talentos e que não haverá impacto fiscal porque a PEC está “associada” ao projeto de lei que barra supersalários além do teto. É sempre o mesmo estratagema: diagnosticam-se seletivamente distorções para propor remédios que consolidam mais privilégios e ampliam a distorção sistêmica.

Não faz sentido salários similares no início e no fim de carreira. Mas a distorção na Justiça não é uma renda baixa no fim, e sim uma renda alta no começo. Justo e racional seria reduzir a remuneração inicial e condicionar a progressão à produtividade e mérito.

A carreira pública precisa ser atrativa. Muitos servidores da base e alguns do primeiro escalão são mal remunerados. Na média, contudo, os servidores federais recebem quase 70% acima de seus pares na iniciativa privada. Juízes e promotores já são campeões em renda, auxílios e privilégios e estão confortavelmente instalados até o último dia de suas vidas no 0,1% do topo da pirâmide social, com risco zero de deslizar. Num dos países mais desiguais do mundo, se já há desigualdade entre o setor público e o privado, a desigualdade dentro do público é maior, e a concentração de renda por suas elites é o que impede tantos na base

de receber melhor.

Pacheco alega que haverá economia, porque o quinquênio “está associado” ao projeto para barrar os supersalários. Mas nada garante esta conexão entre alhos e bugalhos. Se se chega ao absurdo de ter de fazer uma lei para garantir que a lei constitucional do teto seja cumprida, é só porque esse limite é burlado dia sim e outro também, sobretudo pelo Judiciário. O quinquênio, por exemplo, foi sepultado em 2005, mas à base de canetadas casuísticas da Justiça foi exumado em 2022, e está sendo pago retroativamente. A probabilidade é que o projeto de contenção de supersalários fique numa gaveta e o quinquênio vá para a Constituição. O trigo aos juízes, o joio ao contribuinte. Imoral no conteúdo, essa partilha é viciosa na forma: faz sentido fixar mais uma regalia corporativa numa Constituição já irremediavelmente prolíxa?

Ao assumir a presidência do Judiciário, Luís Roberto Barroso desfiou uma “agenda para o Brasil” trazendo de tudo um pouco, do saneamento à educação, da ciência à habitação popular, com destaque para a “inclusão social” e a “luta contra as desigualdades”. É de seus representantes eleitos que o cidadão espera esses progressos. Ao Judiciário basta garantir a sua legalidade. Mas os juízes poderiam fazer muito para reparar a máquina de gerar desigualdades que é o funcionalismo público. Poderiam, se o principal combustível desta máquina não fosse o seu apetite patrimonialista. ●

Legislativo municipal

Câmara de SP indica 10 vezes mais emendas para eventos que para Saúde

Em ano eleitoral, shows e projetos sociais são prioridade; vereadores dizem que contemplam áreas com menos recursos da Prefeitura

ZECA FERREIRA

Os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo têm dado prioridade à indicação de emendas parlamentares para financiar eventos culturais e esportivos. Entre janeiro e abril deste ano, R\$ 26,7 milhões foram direcionados para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. A quantia é 356 vezes maior do que o total em emendas destinado à Educação, 134 vezes superior ao montante enviado à Segurança Urbana ou sete vezes a soma dos recursos para a Saúde.

Levantamento do Estadão mostra ainda que os vereadores já indicaram R\$ 50,1 milhões em emendas neste ano. Deste total, R\$ 40 milhões foram destinados para contratação de artistas, projetos sociais e eventos. No período, a Secretaria Municipal da Saúde recebeu R\$ 3 milhões em emendas para a aquisição de insumos, equipamentos e mobiliários e R\$ 1 milhão para parcerias e obras em Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Educação recebeu R\$ 75 mil ao todo.

Apesar de a pasta de Esportes e Lazer concentrar a maior parte dos recursos destinados a “eventos e contratação de artistas” (29,7%), outras quatro secretarias e três subprefeituras também receberam repasses para essa finalidade. O mesmo padrão se repete com as emendas direcionadas para “parcerias e projetos sociais”, em que Esportes e Lazer lidera com 19,8%, seguida por Cultura (5,1%) e Direitos Humanos e Cidadania (2,8%).

ORÇAMENTO. Vereadores ouvidos pela reportagem afirmaram que o Legislativo paulistano prioriza áreas que recebem menos recursos da Prefeitura. A Secretaria da Educação, por exemplo, tem o maior orçamento da cidade (R\$ 21,8 bilhões), enquanto Esportes e Lazer tem R\$ 365,9 milhões. Saúde e Segurança Urbana contam com R\$ 17,8 bilhões e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente. Essa disparidade resulta em alocação maior de emendas para as áreas culturais, disseram.

Com 12 emendas liberadas, totalizando R\$ 2,4 milhões, o vereador Sidney Cruz (MDB) advoga pela alocação de recursos em atividades esportivas e culturais. Neste ano, indicou emendas para festivais de futsal e de vôlei, sendo que R\$ 1,2 milhão foi destinado para o projeto Karatê na Quebrada, na periferia da zona sul. “De-

Emendas parlamentares

R\$ 40 mi foram indicados para contratação de artistas, projetos sociais e eventos, neste ano

R\$ 4 mi foram indicados para a Secretaria Municipal da Saúde por meio de emendas

fendo um tripé de ensino: educação, esporte e cultura. Esses projetos mudam a qualidade de vida das pessoas.” Cruz argumentou ainda que a Secretaria Municipal da Educação já possui orçamento robusto.

Alguns vereadores, no entanto, admitiram que obras e eventos têm mais apelo entre eleitores e dão maior visibilidade ao

Não impositivas
Vereadores possuem autonomia para fazer as indicações; Prefeitura pode ou não acolher sugestões

político. Em ano eleitoral, as emendas se tornam trunfo importante para os parlamentares demonstrarem entregas em sua área de atuação.

O fenômeno de redução das emendas destinadas à Saúde se acentuou nos últimos anos.

O montante repassado para a pasta diminuiu de R\$ 50 milhões, em 2021, para R\$ 22,7 milhões, em 2023, ao passo que o número de emendas caiu de 285 para 151. Em contrapartida, os recursos direcionados à Secretaria de Esportes e Lazer aumentaram de R\$ 28,6 milhões para R\$ 75,8 milhões no período, com o total de emendas crescendo de 162 para 358.

Entre janeiro de 2021 e abril de 2024, os vereadores direcionaram um total de R\$ 750,9 milhões em emendas. Destes, R\$ 372 milhões (49,5%) foram destinados às áreas de Esportes e Lazer, Cultura e Turismo, enquanto Saúde, Educação e Segurança Urbana receberam R\$ 134,1 milhões (17,8%).

REGIÕES. O Estadão identificou ainda disparidades na distribuição de recursos entre diferentes regiões da cidade. De 2021 a 2024, as 32 subprefeituras de São Paulo receberam 693 emendas. A do Ipiranga liderou com R\$ 13,8 milhões em recursos, seguida por Itaquera e Capela do Socorro, com mais de R\$ 13 milhões cada uma. A diferença entre a maior e a menor quantia empenhada foi de mais de 120 vezes, com a Subprefeitura da Sé recebendo apenas R\$ 110 mil.

Desde 2021, cada um dos 55 vereadores pode indicar até R\$ 5 milhões, totalizando R\$ 275 milhões em emendas por ano. Todos possuem total autonomia para fazer as indicações, mas a Prefeitura pode ou não acolher as sugestões.

TETO. Procurada, a Câmara Municipal disse que “as emendas respeitam um teto definido por acordo durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual”. A Prefeitura afirmou que a destinação de emendas “é de livre iniciativa dos vereadores”. “Não há direcionamento

to do Executivo, que apenas encaminha as indicações para análise de viabilidade dos órgãos responsáveis.”

Neste ano, conforme a Casa Civil, 25 parlamentares já indicaram ao menos R\$ 1 milhão em emendas cada um. Esses recursos foram usados, sobretudo, para financiar eventos, como shows, campeonato de skate e corrida de kart. Apenas oito dos 55 vereadores destinaram emendas para a Saúde. ●

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artelatos de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo, ABCDM, Osasco, Taboão da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Osasco, Barueri, Taboão da Serra, Embu-Guaçu, Itapeetina da Serra, Colla, Vargem Grande Paulista, São Lourenço da Serra, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Santana do Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus (SINTRAPEL - SP), faz saber que nos dias 24 e 25 de junho de 2024 na Sede Social do Sindicato dos Trabalhadores e nas indústrias da categoria profissional de suas bases, serão realizadas as eleições para composição de Diretoria, Suplente da Diretoria, Conselho Fiscal, Suplente do Conselho Fiscal, Delegados Representantes da Federação Eletivos e Suplentes. O registro da chapa e retirada da ficha de qualificação, será feito presencialmente na secretaria da sede da entidade sindical localizada na Avenida Rangel Pestana, 1130 - Brás - São Paulo/SP - CEP 05002-000, das 10h00 às 16h00 horas no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação deste edital. O aviso resumido encontra-se fixado na sede social da entidade sindical, convocando todos os trabalhadores em condições de votar, conforme descrição do Art. 45º do estatuto social do SINTRAPEL/SP. Os interessados em concorrer ao pleito deverão apresentar o requerimento e documentos exigidos no Art. 56, letras “a,b e c” e retirada da ficha de qualificação, ao Presidente do Sintrape/SP, conforme estabelecido no presente estatuto social. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias, para impugnação de candidatos a contar da publicação da relação das chapas registradas. Caso não seja obtido o quórum exigido no Art. 49 do estatuto social, na 1ª convocação, a eleição será realizada em 2ª convocação nos dias 10 e 11 de julho de 2024, nos mesmos locais e horários estabelecidos acima, e, não sendo atingido o quórum na 2ª convocação, a eleição será realizada em 3ª convocação em caso de empate, no prazo de 15 (quinze) dias após a 2ª convocação no horário e locais determinado neste edital. Em caso de empate o pleito se realizará nos termos do Art. 82 do referido Estatuto. Os documentos pertinentes ao pleito eleitoral estão descritos no Art. 56 do Estatuto. São Paulo, 12 de abril de 2024. Artífices Francisco de Souza Filho - Presidente